

Informativo MPE FIERN | Informativo da Micro e Pequena Empresa - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte.

COMPENM: Presidente da FIERN e do COMPENM/CNI: **Amaro Sales de Araújo.** | Presidente da COMPENM/FIERN: **Heyder de Almeida Dantas.**

Para mais informações – Ernani Bandeira de Melo Neto – Assessor Corporativo e Secretário Executivo das Comissões Temáticas da FIERN – (84) 3204-6220 - ernanibandeira@fiern.org.br.

Endereço: Av. Senador Salgado Filho, 2860 - Lagoa Nova - Natal/RN | CEP: 59075-900 | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

Agenda do Sistema FIERN

20/04/2018 – Natal/RN –

Reunião de Diretoria da FIERN –

Local: Auditório Joaquim Victor de Holanda, 7º andar da Casa da Indústria.

Horário: a partir das 17h.

Compras Governamentais

Editais Publicados. [Links:](#)

[Governo do Estado do Rio Grande do Norte](#)

[Portal SEBRAE – Licitações abertas – RN e BR](#)

[Prefeitura de Caicó/RN](#)

[Prefeitura de Macaíba/RN](#)

[Prefeitura de Mossoró/RN](#)

[Prefeitura de Natal/RN](#)

[Prefeitura de Parnamirim/RN](#)

[Prefeitura de Pau dos Ferros/RN](#)

[Prefeitura de São Gonçalo do Amarante/RN](#)

[Universidade Federal do Rio Grande do Norte](#)

Interesse M P E

Congresso Nacional derruba veto do Refis das Micro e Pequenas Empresas

O Congresso Nacional derrubou hoje, por 346 votos “sim” e 1 “não” na Câmara e 54 votos “sim” no Senado, o veto integral nº 5/2018, relativo ao projeto de lei da câmara - complementar (PLC) 167/2017, que instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária – SN. O projeto estende aos micro e pequenos empresários, optantes do Simples Nacional, as condições oferecidas aos demais contribuintes no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), corrigindo o tratamento desfavorecido criado com a instituição de programa de regularização tributária apenas para empresas não optantes do Regime. Os setores empresariais de pequeno e médio porte padecem de grandes dificuldades operacionais, que redundam em altas taxas de fechamento de empresas. Como agravante, a atual recessão econômica fez com que grande número de negócios, especialmente os pequenos, não conseguisse pagar os tributos correntes. Esses débitos atingiram proporção tal que impedem a operação cotidiana das empresas e, portanto, a recuperação da economia. O Refis é uma questão de sobrevivência para empresas de pequeno porte. A matéria segue para promulgação pelo Presidente da República.

Fonte: [Portal CNI – Notícias Legislativas](#).

Pequenos negócios geram mais de 56 mil vagas em fevereiro

Criação de postos de trabalho com carteira assinada pelas MPE acumula 142,9 mil postos no primeiro bimestre do ano, 32% superior do que no mesmo período do ano passado.

Pelo segundo mês consecutivo no ano, os pequenos negócios lideraram a geração de empregos no país, com a geração de 56,1 mil novas vagas formais. Desde janeiro, as micro e pequenas empresas já respondem pela criação de 142,9 mil postos de trabalho. No mesmo período, as médias e grandes corporações acumulam a extinção de 8,9 mil empregos. Os dados constam em pesquisa do Sebrae com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho.

Para o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, as micro e pequenas empresas representam a força dos empregos. “O pequeno empresário representa o Brasil real, o Brasil que continua gerando emprego e renda, que precisa negociar suas dívidas para continuar e apostando na retomada da economia”, defendeu Afif.

Somando-se todos os saldos com os da Administração Pública, foram 61.188 novos empregos gerados no Brasil no segundo mês de 2018. O setor de Serviços foi o que apresentou melhores números, abriu mais de 46 mil vagas, puxado pelos pequenos negócios ligados às atividades de Ensino, com mais de 24 mil trabalhadores, e pelas empresas do ramo imobiliário (+10,9 mil vagas). O levantamento também mostra um relevante aumento dos pequenos negócios na área da Indústria de Transformação, com a geração de 14,7 mil empregos. O volume de postos ocupados no setor foi impulsionado pelas empresas de fabricação de calçados, que totalizaram um aumento de 4,3 mil empregos em fevereiro, seguido pela indústria de produtos alimentícios e de bebidas, que somaram 4 mil novas vagas.

Em 2017, os pequenos negócios geraram 330 mil novas vagas e a tendência é que o volume de empregos com carteira assinada continue a crescer este ano. Em fevereiro de 2018, foram observados saldos negativos, por parte dos pequenos negócios, em apenas dois setores: no Comércio, que teve uma diminuição de 15,5 mil vagas, e na Extrativa Mineral, que extinguiu 257 postos de trabalho.

Fonte: [Portal Agência SEBRAE de Notícias](#).

Indicadores Econômicos

Índice de Confiança do Empresário Industrial do RN

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) do Rio Grande do Norte passou de 55,7 para 56,2 pontos, mostrando que a confiança dos executivos aumentou entre fevereiro e março. Com isso, o ICEI alcançou o melhor resultado desde fevereiro de 2014, quando o indicador atingiu 58,8 pontos. Contudo, o empresário potiguar ainda vê piora em suas condições correntes de negócio, mas essa percepção é menos intensa do que no mês anterior. No que se refere às expectativas para os próximos seis meses, as avaliações continuam positivas, observa-se, inclusive, um aumento do otimismo em relação ao levantamento de fevereiro. Executivos dos dois setores pesquisados - indústria da construção e indústrias extrativa e de transformação - mostram-se confiantes em março (indicadores acima de 50 pontos). No que tange aos portes de empresa pesquisados, constata-se que as médias e grandes indústrias estão mais confiantes do que no levantamento anterior, enquanto as pequenas ainda revelam falta de confiança. Em matéria de confiança elevada, o Rio Grande do Norte acompanhou a tendência do indicador nacional. Registre-se, no entanto, que a confiança do segundo grupo deve-se a uma combinação de melhora nas condições correntes de negócios e expectativas otimistas. [FIERN- Índice de Confiança do Empresário do RN](#).

Interesse Geral da Indústria

Mercado financeiro reduz estimativa de inflação e projeta Selic em 6,25% ao ano

O mercado financeiro reduziu pela nona semana seguida a estimativa para a inflação este ano. A expectativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desta vez, passou de 3,57% para 3,54%, de acordo com o boletim *Focus*, publicação divulgada todas as semanas pelo Banco Central (BC), elaborada com base em pesquisa sobre os principais indicadores econômicos. A projeção está mais distante do centro da meta de 4,5%, mas acima do limite inferior de 3%. Para 2019, a estimativa para a inflação caiu, pela segunda semana consecutiva, ao passar de 4,10% para 4,08%, abaixo do centro da meta de 4,25%. A meta tem limite de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Nesse cenário de inflação baixa e economia se recuperando, o mercado financeiro espera que a taxa básica de juros, a Selic, seja reduzida em 0,25 ponto percentual, de 6,50% para 6,25% ao ano, na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em maio. O BC tem sinalizado que fará mais uma redução na taxa Selic, em maio, e na reunião seguinte do Copom, em junho, interromperá o ciclo de cortes para analisar o cenário. A Selic é o principal instrumento do Banco Central para alcançar a meta de inflação. Quando o Copom aumenta a Selic, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso gera reflexos nos preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Quando o Copom diminui os juros básicos, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação. De acordo com a previsão das instituições financeiras, a Selic encerrará 2018 em 6,25% ao ano e subirá ao longo de 2019, terminando o período em 8% ao ano. A estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, deste ano, caiu de 2,89% para 2,84%. Para 2019, a projeção é mantida em 3%, há nove semanas consecutivas. [Portal EBC Agência Brasil](#).

“[...] Somente o exercício criterioso do debate provocará o aprofundamento necessário para análise dos temas de interesse da Nação.

Não é a paixão movida pelo engajamento partidário ou, muito menos, interesses de grupos e corporações que orientarão um bom

debate. Precisamos de razoabilidade e serenidade para que todos falem, sejam ouvidos e avaliados. [...]” Amaro Sales de Araújo

Interesse da COMPEM-FIERN



COMPEM/FIERN debate na Casa da Indústria ações para orientar e mediar acesso ao crédito



O Núcleo de Acesso ao Crédito tem intensificado as orientações e iniciativas de intermediação para que os empresários da indústria possam identificar as melhores alternativas de financiamento para ampliação de seus negócios. Essa foi a ênfase da apresentação feita por Suzana Squeff Peixoto Silveira, coordenadora nacional do NAC, na reunião desta quarta-feira, 28.03, da Comissão Temática das Micro e Pequenas Empresas da FIERN (COMPEM), presidida pelo diretor primeiro secretário, Heyder Dantas.

Suzana Silveira destacou que essas ações podem ajudar no desenvolvimento da indústria, um setor responsável por 21% do PIB (Produto Interno Bruto Nacional), 55% das exportações e 30% da arrecadação federal.

Se houver ampliação do crédito, principalmente voltado à micro e pequena empresa, essa participação na economia do país, afirmou Heyder Dantas, pode ser ainda maior, com crescimento e geração de renda.

Para isto, as iniciativas do NAC, destacou Suzana Peixoto, são na direção de aproximar oferta e procura por crédito, qualificar as empresas com relação à contratação de financiamento, ter ações homogêneas no país e assegurar programas que atendam à micro e pequenos empreendedores.

Segundo a coordenadora do NAC, os núcleos, que estão em funcionamento em vinte estados, entre os quais o Rio Grande do Norte, ajudam os empresários na montagem de um plano de financiamento, na classificação das necessidades de crédito, na identificação de oportunidades adequadas para a empresa, na pesquisa junto aos gerentes de bancos e na preparação dos documentos contábeis que as instituições financeiras exigem para cadastro que antecedem a contratação de empréstimos.

Com foco nestas ações, o NAC fez, entre 2015 e 2017, 19 mil atendimentos, os quais resultaram em 1,1 bilhão de créditos efetivados. Isso foi possível com o atendimento em espaços individualizados para atendimento personalizado aos empresários industriais, pessoal especializado e orientação de renovação de cadastros nos bancos.

Suzana Peixoto explica que essas iniciativas não superam todas as dificuldades que alguns empresários encontram para obtenção de financiamentos, mas contribuem para que encontrem alternativas, principalmente em linhas de crédito que estejam adequadas a suas necessidades.



A reunião do COMPEM, que também teve a participação do diretor tesoureiro da FIERN, Roberto Serquiz, e do superintendente do Sebrae-RN, Zeca Melo, além dos demais dirigentes de sindicatos de setores da indústria e conselheiros, – ainda teve palestras de Honorina Medeiros, do Sebrae, sobre a proposta para novas leis estaduais da micro e pequena empresa, e do secretário especial da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, José Ricardo Veiga.

Também houve a posse de dois novos conselheiros – Amaro Alexandre Medeiros Sales de Araújo e Maria Luíza Ferreira de Fontes Serquiz – ambos representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas Jovem (CDL – Jovem).

O Sistema FIERN tem uma unidade do NAC e os contatos podem ser feitos por intermédio do e-mail mcarmo@fiern.org.br. O endereço é Avenida Senador Salgado Filho, 2860, Lagoa Nova – Espaço Empresarial da Casa da Indústria e o telefone 3204-6154 .

Fonte: [FIERN – Unidade de Comunicação](#).

Interesse da COMPEM-FIERN



Secretário afirma que está em elaboração um Sistema Nacional de Garantias para financiamentos



As ações do governo federal para incentivar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas deverão incluir a formação de um Sistema Nacional de Garantias para financiamentos. O anúncio foi feito pelo secretário nacional da Micro e Pequena Empresa, José Ricardo Veiga, durante a reunião da Comissão Temática da Micro e Pequena Empresa da FIERN, na manhã desta quarta-feira (28.03).

Ao lado do presidente do COMPEM/FIERN e diretor primeiro secretário da FIERN, Heyder Dantas, José Ricardo Veiga destacou que as dificuldades para acesso ao crédito são resultados de diversos empecilhos que precisam ser enfrentados.

Um deles diz respeito à difusão de informações necessárias para o empresário escolher o tipo de financiamento mais adequado às suas necessidades, entre as linhas disponíveis nas instituições de fomento.

“Por outro lado, há um grande gargalo que envolve as exigências de garantias pelos bancos. Isso pode ser trabalhado por meio de cooperativas de crédito, sociedades e fundos garantidores. Mas essas iniciativas podem não ser suficientes, sem o suporte de uma política pública”, disse.



Por isso, acrescentou, haverá condições melhores para o acesso ao crédito, por parte do micro e pequeno empreendedor, com a implantação do sistema nacional de garantias. “Será algo mais estruturado, com um fundo público de contragarantia que vai dar sustentação a esse mercado. Hoje as iniciativas ainda são esparsas”, afirmou.

O empresário poderia acessar esse sistema com o pagamento de uma taxa. Com isso, teria a garantia, por intermédio do fundo público, para apresentar às instituições financeiras. O secretário nacional acrescentou que há outros programas que envolvem desburocratização e novas reduções de carga tributária para micro e pequena empresas.

Fonte: [FIERN – Unidade de Comunicação](#).

Interesse do COMPEM-CNI

Conselho de Micro e Pequenas Empresas da CNI debate agenda de 2018 na primeira reunião do ano



O Conselho Temático de Micro e Pequenas Empresas (COMPEM) da Confederação Nacional da Indústria (CNI) fez sua primeira reunião ordinária de 2018, na segunda-feira, 26.02, coordenada por Amaro Sales de Araújo, presidente da entidade e do Sistema FIERN.

Na parte da manhã, foram debatidas as estratégias do Governo Federal para Micro e Pequenas Empresas, com o secretário especial do MDIC, José Ricardo da Veiga.

Coube ao gerente executivo da Unidade de Assuntos Legislativos da CNI, Marcos Borges, destacar as questões relacionadas ao Congresso Nacional, ressaltando as perspectivas e projetos de interesses das MPEs, estratégia de Refis e a Agenda Legislativa da Indústria.



À tarde, Desiree Gonçalo Timo, especialista da Unidade de Relações de Trabalho, tratou das relações do trabalho. A consultora da CNI Maria Aparecida Rosa Vital Bogado abordou o panorama do crédito no Brasil.

Os conselheiros também discutiram os assuntos centrais que entrarão na pauta do ano, como o cenário político de 2018 e o núcleo de acesso ao crédito.

Fonte: [FIERN – Unidade de Comunicação](#).

Interesse da COMPEM-FIERN

Entidades empresariais apresentam ao governador proposta da Lei Estadual da Micro e Pequena Empresa



Os representantes das entidades empresariais do Rio Grande do Norte apresentaram, nesta terça-feira, 20, ao governador Robinson Faria a proposta para instituir a Lei estadual da Micro e Pequena Empresa. A proposta foi entregue pelo presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-RN, José Vieira; pelo diretor primeiro secretário da FIERN, Heyder Dantas; pelo presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz; da CDL, Augusto Vaz; da FCDL, Afrânio Miranda; da Anorc, Marcelo Passos; além do superintendente do Sebrae-RN, Zeca Melo.

O projeto é semelhante à lei federal que regulamenta incentivos à produção das micro e pequenas empresas. A proposta é definir incentivos específicos para o setor no Rio Grande do Norte. Pelo projeto seriam reconhecidas, como micro e pequenas, empresas com um faturamento de até R\$ 4 milhões por ano.

Além disso, a proposta simplifica e agiliza os licenciamentos para o setor, desde a atividade seja de baixo risco. Outro artigo da minuta do projeto estabelece mecanismos legais para incentivar as compras governamentais a micro e pequenos fornecedores locais. Ainda define um dispositivo no qual a Agência de Fomento do RN poderia cobrir os valores dos contratos em caso de atraso no pagamento do governo a esses fornecedores.



Heyder Dantas destacou, durante a reunião, que o projeto é importante para assegurar um ambiente favorável ao empreendedorismo. Presidente da Comissão Temática Micro e Pequena Empresa, da FIERN, ele disse que a iniciativa propiciará desenvolvimento uma vez que o setor tem ampla capacidade para gerar renda e impulsionar o crescimento da economia. Por isso, argumentou, os Poderes Públicos devem estimular esse segmento.

O projeto, para se tornar lei, precisa ser encaminhado pelo governo à Assembleia Legislativa, onde é discutido e votado pelos deputados estaduais. Aprovado, retornaria para sanção do governador.

Robinson Faria informou, na reunião, que o projeto será encaminhado à área jurídica do governo para que seja analisada a viabilidade técnica.

Fonte: [FIERN – Unidade de Comunicação](#).

Interesse da COMPEM-FIERN



Câmara recebe das entidades empresariais minuta da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa



O diretor primeiro secretário do Sistema FIERN, Heyder Dantas, participou da entrega de uma minuta atualizada da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa para o município de Natal. A entrega foi feita nesta quarta-feira, 24, ao presidente da Câmara Municipal de Natal, vereador Raniere Barbosa, por dirigentes do Sebrae no Rio Grande do Norte, presidentes da Federação da Agricultura e da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), além dos diretores das federações do Comércio e das Indústrias do Estado. Participaram da reunião e também receberam cópia do documento, os vereadores Nina Souza, Júlia Arruda, Sueldo Medeiros, Kleber Fernandes e Robson Carvalho.

“Essa lei vai destravar a burocracia para esse setor. Então, com nosso acompanhamento e participação, vamos trabalhar para o prefeito encaminhar essa minuta como projeto de lei e a Câmara já se mostrou disposta a discutir a aprovar”, destacou Heyder Dantas, que também é presidente do Conselho Estadual das Micro e Pequenas Empresas (COMPEM – FIERN).

O texto da Lei Complementar nº 123/2006, estabelece normas gerais que garantem tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Atualmente, no município de Natal, já está em vigência a Lei nº 6.025/2009, que determina a implantação no âmbito municipal do Estatuto Nacional da MPE, mas o texto necessita de atualizações em destaques importantes como a desburocratização e compras governamentais, principalmente. Além destes, a minuta da Lei Geral apresentada pela iniciativa privada sugere a criação de uma rede municipal de políticas de desenvolvimento, o estímulo à educação empreendedora, ao associativismo e cooperativismo e uma política de incentivos tributários e de infraestrutura.

“Com a aprovação da Lei Geral, não só as pequenas e microempresas serão beneficiadas. A Prefeitura poderá incentivar a geração de mais empregos e arrecadação de impostos para Natal, fazendo com que o dinheiro circule dentro do município e fortalecendo cada vez mais os negócios”, afirmou o presidente do Conselho do SEBRAE-RN, José Vieira.

A expectativa dos vereadores é que o texto da Lei Complementar Municipal para as micro e pequenas empresas seja encaminhado com a maior brevidade possível pelo Prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves, para apreciação das comissões e que seja votado pelo plenário da Câmara ainda neste primeiro semestre do ano. Na opinião do presidente da Câmara Municipal de Natal, vereador Raniere Barbosa, uma ação compartilhada entre os poderes Legislativo, Executivo e o setor produtivo pode agilizar a melhoria do ambiente legal para desenvolvimento dos negócios estabelecidos no município.

“A interlocução que está sendo construída hoje nesta mesa, envolvendo o poder legislativo e a classe produtiva, é digna de muitos elogios e muito importante para a aprovação deste projeto que trará ganhos para todos: as empresas que poderão se fortalecer e se desenvolver e o consumidor que terá a segurança de ser bem atendido nas suas necessidades e poder adquirir bens e serviços de forma satisfatória. E também o município que melhorará a sua arrecadação”, avalia Raniere, lembrando da importância do envolvimento dos órgãos controladores na discussão para a elaboração de uma Lei adequada e moderna.

Documento técnico

Líder do prefeito na Câmara Municipal de Natal, a vereadora Nina Souza afirma que o fato do documento ter sido elaborado por empresários e técnicos envolvidos na causa da pequena empresa e conhecedores do tema empreendedorismo dá um diferencial ao texto da Lei.

“Essa legislação dará uma melhor condição aos empreendedores de Natal, principalmente aos pequenos e microempresários, no aspecto da geração de renda. Nós, vereadores, temos que dar uma atenção especial a esse documento e o nosso trabalho será entrar em contato com o Chefe do Executivo para que possamos acompanhar o trâmite nas secretarias municipais para que o documento possa chegar aqui na Câmara o mais rápido possível. O prefeito é extremamente sensível a esta causa e tem todo o interesse de, após as análises das secretarias municipais, encaminhar a Lei Geral para apreciação e votação da Câmara”, garante Nina Souza.

O diretor superintendente do Sebrae-RN, José Ferreira de Melo Neto, também acredita que o chefe do Poder Executivo encaminhe a Lei Geral de Natal para a Câmara Municipal, o mais breve possível, a fim de que a legislação possa beneficiar as mais de 80 mil micro e pequenas empresas instaladas na cidade. Se considerar a Região Metropolitana, esse número sobe para 100 mil estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e pequenas indústrias. “A receptividade do presidente Raniere Barbosa e dos vereadores presentes à reunião, nos leva a crer que a Lei Geral de Natal será apreciada pelo plenário da Câmara ainda neste primeiro semestre”, espera Melo.

O anteprojeto de Lei Complementar Municipal para as micro e pequenas empresas entregue à Câmara Municipal de Natal, que garante tratamento diferenciado e favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e aos Microempreendedores Individuais (MEI), prevê a revogação da Lei Municipal nº 6.025 de 28 de dezembro de 2009.

Dentre os objetivos das políticas de desenvolvimento do município de Natal, destacam-se o fomento à criação e desenvolvimento de uma cultura empreendedora; a criação de um ambiente regulatório favorável à geração de negócios; o estímulo à participação das micro e pequenas empresas nas compras governamentais e uma política de investimentos em inovação, visando o aumento de eficiência e produtividade das empresas.

Fonte: [FIERN – Unidade de Comunicação](#).

Interesse da COMPEM-FIERN

Setor produtivo entrega minuta da Lei Geral ao prefeito de Natal



O documento foi entregue pelo Diretor 1º Secretário da Federação das Indústrias do Estado do RN e Presidente da COMPEM-FIERN, Heyder de Almeida Dantas, por dirigentes do Sebrae no Rio Grande do Norte, presidentes das federações do Comércio, da Agricultura, das Associações Comerciais, das Câmaras de Dirigentes Lojistas. Além dos representantes de entidades de classe, também participaram da reunião secretários municipais das pastas relacionadas às políticas públicas e assessores do Sebrae.

O documento com o texto da Lei Complementar nº. 123/2006, estabelece normas gerais que garantem tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Embora o município de Natal já conte com a Lei nº 6.025/2009, visando a implantação no âmbito local do Estatuto Nacional da MPE, o texto necessita de atualizações importantes relativas à desburocratização e compras governamentais, principalmente.

A criação de uma rede municipal de políticas de desenvolvimento, o estímulo à educação empreendedora, ao associativismo e cooperativismo, além de incentivos tributários e de infraestrutura são alguns dos destaques apresentados na minuta da Lei Geral pelas instituições.

Na visão do presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-RN, José Álvares Vieira, com o trabalho da equipe técnica do Sebrae e os benefícios previstos na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa é possível fortalecer os negócios, ampliando a participação dos empresários locais nas compras governamentais da Prefeitura de Natal.

“A Lei Geral facilita e garante segurança jurídica a todos as pequenas empresas que se tornem fornecedoras da prefeitura. Esta é uma grande oportunidade para o gestor público gerar mais empregos e impostos para Natal, fazendo com que o dinheiro circule dentro do município fortalecendo cada vez mais o empreendedorismo”, destaca Vieira.

A iniciativa do Sebrae, juntamente com as entidades de classe empresarial, comprova, segundo o também presidente da FAERN, José Vieira, que o setor produtivo assume a responsabilidade de se aliar ao poder público para fortalecer o comércio, a indústria e a agricultura.

Aprovação na Câmara

Para o diretor superintendente do Sebrae-RN, José Ferreira de Melo Neto, a expectativa é que o chefe do Poder Executivo encaminhe a Lei Geral de Natal para a Câmara de Vereadores, o mais breve possível, a fim de que a legislação possa beneficiar as mais de 80 mil micro e pequenas empresas só na cidade de Natal, número que é ampliado para 100 mil quando incluída a Região Metropolitana. “Defender a pequena empresa é defender a geração de emprego e garantir renda para o nosso município”, destaca o diretor superintendente do Sebrae no Rio Grande do Norte.

O prefeito Carlos Eduardo Alves enfatizou que a iniciativa privada é uma grande parceira da Prefeitura de Natal. “Essa contribuição trazida aqui pelo Sebrae e demais entidades nos aproxima mais dos nossos objetivos de estimular a iniciativa privada, sobretudo com foco no pequeno e microempresário. Os pequenos negócios são os grandes geradores de trabalho, renda e divisas para o município de Natal. Vamos aperfeiçoar essa legislação para fazer com que possamos cada vez mais desenvolver a nossa economia local”, afirma.

Carlos Eduardo assumiu o compromisso de reunir na próxima semana os titulares e equipes técnicas das secretarias, como a da Administração e do Planejamento, que têm departamentos de compras e realizam licitações para aquisição de bens e serviços para o município. A ideia é com o apoio da equipe da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae definir um plano de trabalho visando a implementação da Lei Geral no município.

O anteprojeto de Lei Complementar Municipal para as micro e pequenas empresas entregue ao prefeito de Natal, que garante tratamento diferenciado e favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e aos Microempreendedores Individuais (MEI), prevê a revogação da Lei Municipal nº 6.025 de 28 de dezembro de 2009. Dentre os objetivos das políticas de desenvolvimento do município de Natal, destacam-se o fomento à criação e desenvolvimento de uma cultura empreendedora; a criação de um ambiente regulatório favorável à geração de negócios; o estímulo à participação das micro e pequenas empresas nas compras governamentais e uma política de investimentos em inovação, visando o aumento de eficiência e produtividade das empresas.

Fonte: [Agência SEBRAE de Notícias.com edição da FIERN](#).